

Educação ESTADO DE SÃO PAULO **Onde fica o professor?**

* 5 ABR 1993

A compra de livros para distribuição gratuita nas escolas brasileiras há anos vem acumulando problemas de todo tipo. O mais característico deles é o atraso na entrega dos livros, que, às vezes, chegam às mãos das crianças no último bimestre letivo. A responsabilidade pela má gestão dos recursos sempre foi da Fundação de Assistência ao Estudante, a célebre FAE.

A mais recente delas envolveu a gestão no MEC do senador Hugo Napoleão, tendo o Tribunal de Contas da União (TCU) acatado a denúncia de que 2.500 livros, em um conjunto de quatro títulos, foram comprados, em 1988, sem licitação. O TCU exigiu a imediata devolução do produto à editora e a devolução do dinheiro pago depois de proceder à auditoria, que, analisando os livros, considerou as publicações contrárias, segundo seus critérios, a artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois "levam à desagregação da família, violam princípios socioeducacionais e incentivam o uso de tóxicos". Os artigos do Estatuto que foram violados não se conhecem ainda, os autores

protestaram inocência no que se refere ao conteúdo "pornográfico" dos livros, e o ex-ministro Hugo Napoleão negou haver sequer autorizado a compra.

O passo do TCU, emitindo juízos morais, pode vir a ser perigoso. Um aspecto é a ausência de licitação, fato que cabe ao TCU fiscalizar e punir na estrita forma da lei, no que age muito bem. Questão muito diferente é avaliação qualitativa. Que "princípios socioeducacionais" (?) lastrearam os critérios da comissão que rotulou as publicações de pornográficas? Independentemente do mérito do juízo moral emitido, cabe ver que essa não é função do TCU.

Essa decisão de separar o joio do trigo — uma vez que a Constituição aboliu expressamente a censura — cabe ao professor. Aliás, esse é exatamente o começo de todos os problemas dessa tormentosa questão dos livros didáticos. Os professores são, de fato, ouvidos na escolha dos livros? É dos educadores ou dos burocratas de Brasília a responsabilidade pela escolha final dos títulos a serem adquiridos com verbas públicas?